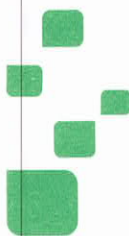


Demonstrações *financeiras* 2018

Unimed 
Paranaguá





**BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017**
Expresso em reais

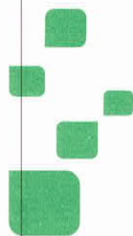
UNIMED DE PARANAGUÁ COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO
CNPJ: 75.003.525/0001-80 - Registro ANS 361615

ATIVO

	31/12/2018	31/12/2017
ATIVO CIRCULANTE	26.056.482,07	22.445.676,09
Disponível	306.466,61	182.416,77
Realizável	25.750.015,46	22.263.259,32
Aplicações Financeiras	20.591.978,24	13.670.884,93
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas	14.788.045,57	13.093.536,45
Aplicações Livres	5.803.932,67	577.348,48
Créditos Operações com Planos de Assistência à Saúde	4.090.484,24	2.142.650,81
Contraprestação Pecuniária/Prêmio a Receber	2.457.625,32	2.142.650,81
Cobertura Assistencial com Preco Pos-estabelecido	1.632.858,92	-
Créditos de Oper. Assist. à Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora	385.573,87	3.075.872,09
Créditos Tributários e Previdenciários	499.209,47	1.024.847,80
Bens e Títulos a Receber	163.263,47	2.327.416,69
Despesas Antecipadas	19.506,17	21.587,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE	13.873.185,33	12.649.117,75
Realizável a Longo Prazo	8.959,63	8.959,63
Depósitos Judiciais e Fiscais	8.959,63	8.959,63
Investimentos	6.335.071,70	5.681.928,91
Participações Societárias Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial	3.900.000,00	3.900.000,00
Participações Societárias - Rede Hospitalar	3.900.000,00	3.900.000,00
Outros Investimentos	2.435.071,70	1.781.928,91
Imobilizado	7.485.639,14	6.896.958,51
Imóveis de Uso Próprio	4.188.220,04	4.338.018,16
Imóveis - Hospitalares / Odontológicos	1.187.357,79	1.234.678,59
Imóveis - Não Hospitalares / Odontológicos	3.000.862,25	3.103.339,57
Imobilizado de Uso Próprio	2.739.725,88	2.552.938,63
Hospitalares / Odontológicos	1.520.990,73	1.338.773,33
Não Hospitalares / Odontológicos	1.218.735,15	1.214.165,30
Imobilizações em Curso	557.693,22	6.001,72
Intangível	43.514,86	61.270,70
TOTAL DO ATIVO	39.929.667,40	35.094.793,84

MARIO PERCEGONA
PRESIDENTE
CPF 170.438.249-15

GIZELE APARECIDA ANTONIELE VICENTE KESSELI
TÉCNICO CONTÁBIL
CRC/PR 057.612/O-0



**BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017**
Expresso em reais

UNIMED DE PARANAGUÁ COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO
CNPJ: 75.003.525/0001-80 - Registro ANS 361615

PASSIVO

	31/12/2018	31/12/2017
PASSIVO CIRCULANTE	18.406.418,46	17.314.045,91
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	13.233.366,31	12.708.189,51
Provisão de Prêmio / Contraprestação Não Ganha - PPCNG	297.548,88	298.371,11
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para SUS	334.197,89	398.565,72
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para Outros Prestadores de Serviços Assistenciais	3.801.549,29	3.934.618,49
Provisão para Eventos / Sinistros Ocorridos e Não Avisados (PEONA)	8.800.070,25	8.076.634,19
Débitos de Operações de Assistência à Saúde	1.644.135,95	281.701,65
Receita Antecipada de Contraprestações / Prêmios	154.737,14	281.701,65
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde	1.489.398,81	-
Débitos com Operações de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora	196.878,59	1.723.676,27
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	1.705.347,94	1.511.380,71
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	426.000,00	30.000,00
Débitos Diversos	1.068.535,80	919.733,67
Conta-Corrente de Cooperados	132.153,87	139.364,10
	2.601.151,56	3.161.811,67
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	2.601.151,56	3.161.811,67
Provisões	2.601.151,56	3.161.811,67
Provisões para Ações Judiciais	2.601.151,56	3.161.811,67
	18.922.097,38	14.618.936,26
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5.368.915,64	5.261.471,94
Capital Social / Patrimônio Social	11.855.161,60	9.357.464,32
Reservas	11.855.161,60	9.357.464,32
Reservas de Lucros / Sobras / Retenção de Superávits	1.698.020,14	-
Lucros / Prejuízos - Superávits / Déficits Acumulados ou Resultado		
TOTAL DO PASSIVO	39.929.667,40	35.094.793,84

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

MÁRIO PERCEGONA
PRESIDENTE
CPF 170.438.249-15

GIZELE APARECIDA ANTONIELE VICENTE KESSELI
TÉCNICO CONTÁBIL
CRC/PR 057.612/O-0

**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO**
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
Expresso em reais**UNIMED DE PARANAGUÁ COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO**
CNPJ: 75.003.525/0001-80 - Registro ANS 361615

	31/12/2018	31/12/2017
Contraprestações Efetivas / Prêmios Ganhos de Operações com Plano de Assistência à Saúde	85.174.178,19	91.222.526,42
Receitas com Operações de Assistência à Saúde	86.087.479,80	91.927.211,76
Contraprestações Líquidas / Prêmios Retidos	86.087.479,80	91.927.211,76
(-) Tributos Diretos de Operações com Planos de Assistência à Saúde da Operadora	(913.301,61)	(704.685,34)
Eventos / Sinistros Indenizáveis Líquidos	(70.043.073,90)	(81.509.482,92)
Eventos / Sinistros Conhecidos ou Avisados	(69.319.637,84)	(80.766.341,93)
Variação da Provisão de Eventos / Sinistros Ocorridos e Não Avisados	(723.436,06)	(743.140,99)
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE	15.131.104,29	9.713.043,50
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência a Saúde	466.390,97	420.750,05
Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora	2.969.650,96	5.307.651,36
Receitas com Operações de Assistência Médico-Hospitalar	2.816.145,39	5.147.728,71
Outras Receitas Operacionais	153.505,57	159.922,65
(-) Tributos Diretos de Outras Atividades de Assistência à Saúde	(805.568,28)	(137.658,30)
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde	(594.445,56)	(1.755.388,62)
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde	(1.688.942,02)	(2.697.279,54)
(-) Recuperação de Outras Despesas Operacionais de Assistência à Saúde	1.169.116,34	885.532,54
Provisão para Perdas Sobre Créditos	(74.619,88)	56.358,38
Outras Despesas Oper. de Assist. à Saúde Não Relac. com Planos de Saúde da Operadora	(2.598.480,52)	(3.721.403,13)
RESULTADO BRUTO	14.568.651,86	9.826.994,86
Despesas de Comercialização	(91.237,44)	(90.541,59)
Despesas Administrativas	(11.187.373,12)	(10.432.551,97)
Resultado Financeiro Líquido	1.381.294,19	1.715.944,56
Receitas Financeiras	1.777.240,86	2.151.186,82
Despesas Financeiras	(395.946,67)	(435.242,26)
Resultado Patrimonial	754.409,30	178.551,06
Receitas Patrimoniais	754.409,30	178.551,06
Despesas Patrimoniais		
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES	5.425.744,79	1.198.396,92
Imposto de Renda	(870.332,66)	(495.991,55)
Contribuição Social	(359.694,71)	(187.196,96)
RESULTADO LÍQUIDO	4.195.717,42	515.208,41


MÁRIO PERCEGONA
PRESIDENTE
CPF 170.438.249-15
GIZELE APARECIDA ANTONIELE VICENTE KESSELI
TÉCNICO CONTÁBIL
CRC/PR 057.612/O-0

**DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS E PERDAS PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
Expresso em reais****UNIMED DE PARANAGUÁ COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO
CNPJ: 75.003.525/0001-80 - Registro ANS 361615****DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS E PERDAS**

	31/12/2018			31/12/2017
	Atos cooperativos Principal/Auxiliar ingressos/dispêndios	Atos não coope- rativos receitas/despesas	Total dos Atos	Total dos Atos
Contraprestações Efetivas / Prêmios Ganhos de Operações com Plano de Assistência à Saúde	39.495.951,81	45.678.226,38	85.174.178,19	91.222.526,42
Receitas com Operações de Assistência à Saúde	39.920.189,21	46.167.290,59	86.087.479,80	91.927.211,76
Contraprestações Líquidas / Prêmios Retidos	39.920.189,21	46.167.290,59	86.087.479,80	91.927.211,76
(-) Tributos Diretos de Operações com Planos de Assistência à Saúde da Operadora	(424.237,40)	(489.064,21)	(913.301,61)	(704.685,34)
Eventos / Sinistros Indenizáveis Líquidos	(32.535.682,83)	(37.507.391,07)	(70.043.073,90)	(81.509.482,92)
Eventos / Sinistros Conhecidos ou Avisados	(32.181.785,11)	(37.137.852,73)	(69.319.637,84)	(80.766.341,93)
Variação da Provisão de Eventos / Sinistros Ocorridos e Não Avisados	(353.897,72)	(369.538,34)	(723.436,06)	(743.140,99)
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE	6.960.268,98	8.170.835,31	15.131.104,29	9.713.043,50
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência a Saúde	216.643,10	249.747,87	466.390,97	420.750,05
Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora	923.583,82	2.046.067,14	2.969.650,96	5.307.651,36
Receitas com Operações de Assistência Médico-Hospitalar	852.279,01	1.963.866,38	2.816.145,39	5.147.728,71
Outras Receitas Operacionais	71.304,82	82.200,75	153.505,57	159.922,65
(-) Tributos Diretos de Outras Atividades de Assistência à Saúde	(267.322,30)	(538.245,98)	(805.568,28)	(137.658,30)
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde	(379.624,27)	(214.821,29)	(594.445,56)	(1.755.388,62)
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde	(880.232,67)	(808.709,35)	(1.688.942,02)	(2.697.279,54)
(-) Recuperação de Outras Despesas Operacionais de Assistência à Saúde	534.738,55	634.377,79	1.169.116,34	885.532,54
Provisão para Perdas Sobre Créditos	(34.130,16)	(40.489,72)	(74.619,88)	56.358,38
Outras Despesas Oper. de Assist. à Saúde Não Relac. com Planos de Saúde da Operadora	(1.065.877,48)	(1.532.603,04)	(2.598.480,52)	(3.721.403,13)
RESULTADO BRUTO	6.387.671,85	8.180.980,01	14.568.651,86	9.826.994,86
Despesas de Comercialização	(41.730,81)	(49.506,63)	(91.237,44)	(90.541,59)
Despesas Administrativas	(5.116.958,44)	(6.070.414,68)	(11.187.373,12)	(10.432.551,97)
Resultado Financeiro Líquido	168.061,99	1.213.232,20	1.381.294,19	1.715.944,56
Receitas Financeiras	349.162,83	1.428.078,03	1.777.240,86	2.151.186,82
Despesas Financeiras	(181.100,84)	(214.845,83)	(395.946,67)	(435.242,26)
Resultado Patrimonial	600.626,18	153.783,12	754.409,30	178.551,06
Receitas Patrimoniais	600.626,18	153.783,12	754.409,30	178.551,06
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES	1.997.670,76	3.428.074,03	5.425.744,79	1.198.396,92
Imposto de Renda		(870.332,66)	(870.332,66)	(495.991,55)
Contribuição Social		(359.694,71)	(359.694,71)	(187.196,96)
RESULTADO LÍQUIDO	1.997.670,76	2.198.046,66	4.195.717,42	515.208,42
Destinação do Resultado:				
Reserva Legal 10% do A.C.P.	(199.767,09)		(199.767,09)	-
Fates 5% do A.C.P.	(99.883,54)		(99.883,54)	(1.250.447,64)
Fates Ato não Cooperativo		(2.198.046,66)	(2.198.046,66)	(769.335,09)
Sobras contábeis do exercício	1.698.020,14	-	1.698.020,14	(735.239,22)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

MARIO PERCEGONA
PRESIDENTE
CPF 170.438.249-15GIZELE APARECIDA ANTONIELE VICENTE KESSELI
TÉCNICO CONTÁBIL
CRC/PR 057.612/O-0

SAC 0800 414 554 | Deficientes auditivos 0800 642 2009 | www.unimedparanagua.com.br

Membro da Aliança
Cooperativa Internacional"Cooperativismo: caminho para a democracia e a paz."
Roberto Rodrigues

ANS - nº 361615





www.unimedparanagua.com.br

Rua João Eugênio, nº 677
83.203-400 - Costeira - Paranaguá - PR
T. (41) 3420-7000

Unimed 
Paranaguá

UNIMED DE PARANAGUÁ COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO
CNPJ 75.003.525/0001-80 - Registro ANS 361615

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	31/12/2018			31/12/2017
	Atos cooperativos principais e auxiliares ingressos/dispêndios	Atos não cooperativos receitas/despesas	Total dos Atos	Total dos Atos
Resultado Líquido do Período	1.997.670,76	2.198.046,66	4.195.717,42	515.208,42
Total do resultado abrangente do exercício	1.997.670,76	2.198.046,66	4.195.717,42	515.208,42

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.


MARIO PERCEGONA
PRESIDENTE
CPF 170.438.249-15


GIZELE APARECIDA ANTONIELE VICENTE KESSELI
TÉCNICO CONTÁBIL
CRC/PR 057.612/O-0

SAC 0800 414 554 | Deficientes auditivos 0800 642 2009 | www.unimedparanagua.com.br

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 DE 2017
Expresso em reais

UNIMED DE PARANAGUÁ COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO
CNPJ: 75.003.525/0001-80

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
MÉTODO DIRETO

	31/12/2018	31/12/2017
	Movto/Fluxo	Movto/Fluxo
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimento de Planos Saúde	84.065.026,49	92.576.618,69
Recebimento de Juros de Aplicações Financeiras	1.025.560,37	1.195.954,71
Outros Recebimentos Operacionais	10.324.302,32	5.683.852,47
Pagamento a Fornecedores/Prestadores de Serviço de Saúde	(68.976.373,34)	(82.099.383,06)
Pagamento de Comissões	(64.200,67)	(62.638,09)
Pagamento de Pessoal	(4.006.702,55)	(5.973.304,66)
Pagamento de Pró-Labore	(4.231.193,49)	(672.982,95)
Pagamento de Serviços Terceiros	(2.716.607,88)	(2.941.593,59)
Pagamento de Tributos	(4.519.203,83)	(2.901.125,23)
Pagamento de Contingências (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)	(278.854,84)	(258.698,87)
Pagamento de Aluguel	(144.805,00)	(105.827,00)
Pagamento de Promoção/Publicidade	(515.534,20)	(636.759,54)
Aplicações Financeiras	(6.921.093,31)	(1.404.991,53)
Outros Pagamentos Operacionais	(2.314.043,35)	(1.859.390,34)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	726.276,92	539.731,01
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
(+) Recebimento de Dividendos	101.266,51	(31.776,74)
(-) Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado - Outros	(1.195.678,11)	(351.272,52)
(-) Pagamento Relativos ao Ativo Intangível	(11.259,18)	(7.499,55)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(1.105.670,78)	(390.548,81)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
(+) Integralização de Capital em dinheiro	254.000,00	105.868,08
(+) Outros Recebimentos da Atividade de Financiamento	-	17.379,05
(-) Pagamento de Amortização - Empréstimos/Financiamentos/Leasing	396.000,00	(532.655,98)
(-) Outros Pagamentos da Atividade de Financiamento	(146.556,30)	(141.974,80)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	503.443,70	(551.383,67)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA	124.049,84	(402.201,47)
CAIXA - Saldo Inicial	182.416,77	584.618,24
CAIXA - Saldo Final	306.466,61	182.416,77
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA	124.049,84	(402.201,47)
	31/12/2018	31/12/2017
Resultado Líquido	4.195.717,42	515.208,41
Ajuste ao resultado -		
(+) Depreciação	600.629,33	598.572,58
(+) Amortização	29.015,02	51.031,36
(+) Baixa de imobilizado	6.368,15	594,07
(-) Resultado patrimonial	(754.409,30)	(178.551,06)
(+) Fac	-	-
Saldo Ajustado	4.077.320,62	986.855,36
Ajustes das Variações dos Saldos das Contas de Ativo e Passivo Operacional		
Ativo		
(-) Aumento (+) Redução das Aplicações financeiras	(6.921.093,31)	(1.404.991,53)
(-) Aumento (+) Redução dos Créditos de Operações com Planos	(1.947.833,43)	593.048,55
(-) Aumento (+) Redução dos Créditos de Operações Não Relacionados a Planos	2.690.298,22	(518.535,66)
(-) Aumento (+) Redução de Créditos Tributários e Previdenciários	525.638,33	259.348,26
(-) Aumento (+) Redução de Bens e títulos a receber	2.164.153,22	(473.059,82)
(-) Aumento (+) Redução de Despesas Antecipadas	2.080,83	(2.199,43)
(-) Aumento (+) Redução de Outras Valores e Bens	-	(5.986,14)
Passivo		
(+) Aumento ou (-) Redução das Provisões Técnicas	722.613,83	610.271,57
(+) Aumento ou (-) Redução dos Débitos de Operações de Assistência a Saúde	1.164.967,27	147.312,51
(+) Aumento ou (-) Redução dos Débitos de Operações Assist. à Saúde Não Relacion. c/ Pl. Saúde da OPS	(1.526.797,68)	420.371,46
(+) Aumento (-) Redução dos Tributos e Contribuições a Recolher	193.967,23	(47.235,15)
(+) Aumento (-) Redução do Conta-Corrente de Cooperados	(7.210,23)	5.962,41
(+) Aumento (-) Redução do Débitos Diversos	148.802,13	227.267,49
(+) Aumento (-) Redução das Contingências com efeito no resultado do exercício	(580.660,11)	(258.698,87)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	726.276,92	539.731,01

MÁRIO PERCEGONA
PRESIDENTE
CPF 170.438.249-15

GIZELE APARECIDA ANTONIELE VICENTE KESSELI
TÉCNICO CONTÁBIL
CRC/PR 057.612/O-0

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 - Expresso em reais
UNIMED DE PARANAGUÁ COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO
CNPJ 75.003.525/0001-80 - Registro ANS 361615

Descrição das Mutações	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE SOBRAS				RESERVA DE EQUALIZAÇÃO	SOBRAS A DELIBERAR AGO	TOTAL
		FUNDO DE RESERVA	FATES	RESERVA PARA CONTINGÊNCIAS	OUTROS			
Saldo Inicial em 01.01.2017	5.297.578,68	-	1.638.445,66	1.488.013,23	1.150.365,78	1.626.256,49	46.429,21	2.875.366,49
14.122.455,54								
<u>Deliberação da AGO de 2017</u>								
Capitalização								
Prejuízo no Exercício								
Constituição Reserva para Margem de Solvência								
Fates Ato Auxiliar			1.059.395,46		1.815.971,03		(1.815.971,03)	
							(1.059.395,46)	
<u>Aumento/Redução do Capital Social</u>								
Integralizações de Capital	105.868,06							105.868,06
Por Devolução do capital	(141.974,80)							(141.974,80)
<u>Sobras ou Perdas Líquidas do Exercício</u>								
Utilização do Fundo de Reserva		(735.239,23)						(735.239,23)
<u>Reversão do FATES</u>								
Ajuste de Exercícios Anteriores								
Destinações estatutárias			1.250.447,64					1.250.447,64
Fates Ato não Cooperativo								
Fates (5% sobras)								
Fundo de Reserva (10% sobras)								
Capital não reclamado (Médico Falecido)		17.379,05						17.379,05
Saldo Final em 31.12.2017	5.261.471,94	-	920.585,48	3.797.856,33	1.150.365,78	3.442.227,52	46.429,21	(0,00)
14.618.936,26								
<u>Deliberação da AGO de 2018</u>								
Capitalização								
Prejuízo no Exercício								
Constituição para despesas assistenciais de alto custo								
Fates Ato Auxiliar								
<u>Aumento/Redução do Capital Social</u>								
Integralizações de Capital	254.000,00							254.000,00
Por Devolução do capital	(146.556,30)							(146.556,30)
<u>Reversões de Reservas</u>								
Utilização do Fates								
Reversões de outras reservas (discriminar Assembléia)								
<u>Sobras ou Perdas Líquidas do Exercício</u>								
Utilização do Fundo de Reserva							1.698.020,14	1.698.020,14
<u>Reversão do FATES</u>								
Ajuste de Exercícios Anteriores								
Destinações estatutárias			2.198.046,66					2.198.046,66
Fates Ato não Cooperativo			99.883,54					99.883,54
Fates (5% sobras)								
Fundo de Reserva (10% sobras)		199.767,09						199.767,09
Capital não reclamado (Médico Falecido)								
Saldo Final em 31.12.2018	5.368.915,64	-	1.120.352,57	6.095.786,52	1.150.365,78	3.442.227,52	46.429,21	1.698.020,14
18.922.097,38								

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

MÁRIO PERCEGONA
PRESIDENTE
CPF 170.438.249-15

GIZELE APARECIDA ANTONIELE VICENTE KESSELI
TÉCNICO CONTÁBIL
CRC/PR 057.612/O-0



RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no item 6.3.7, Capítulo I, do Anexo da Resolução Normativa da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) nº 290, de 27 de Fevereiro de 2012 e suas alterações posteriores, a **Unimed Paranaguá Cooperativa de Trabalho Médico**, com sede na Rua João Eugênio, nº 677, Costeira, CEP 83.203-400, no município e comarca de Paranaguá-Pr, inscrita no CNPJ nº 75.003.525/0001-80, com registro na ANS sob o nº 361615, apresenta seu Relatório de Administração, do exercício 2018, conforme segue:

A) POLÍTICA DE DESTINAÇÃO DE LUCROS / SUPERÁVITS / SOBRAS

Conforme legislação cooperativista será colocado à disposição da Assembleia Geral Ordinária (AGO) a ser realizada no dia 28/03/2019, a sobra de R\$ 4.195.717,42. Deste valor será destinado 10% do resultado do Ato Cooperativo principal para o fundo de reserva no montante de R\$ 199.767,09, 5% do resultado do Ato Cooperativo Principal para o Fates no montante de R\$ 99.883,54 e o resultado do ato não cooperativo (ACA+ACP) para o Fates em sua totalidade num montante de R\$ 2.198.046,66 para atender o artigo 24 da Lei 5764/71 que diz que o resultado do ato não cooperativo deve ser levado ao Fates. Ficando a disposição da Assembleia o montante de R\$ 1.698.020,14 a qual a proposta da Diretoria é para integralização ao capital do cooperado.

B) NEGÓCIOS SOCIAIS E PRINCIPAIS FATOS INTERNOS E/OU EXTERNOS QUE TIVERAM INFLUÊNCIA NA “PERFORMANCE” DA SOCIEDADE/ ENTIDADE E/OU NO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Os principais fatores que implicaram no resultado foram:

- 1) A sinistralidade ficou com uma média de 85,11 % no ano diminuindo 4,37 % em relação ao ano anterior que foi de 89,48%;

- 2) Necessidade de crescimento do patrimônio líquido da cooperativa a fim de fazer frente a crescente determinação da margem de solvência;
- 3) Incorporação sobras na quota Capital referente aos investimentos na Federação do Estado do Paraná num montante de R\$ 480.462,88.
- 4) Crise econômica do país afetando as empresas e consequentemente aumentando a inadimplência e o cancelamento de alguns contratos.
- 5) Aumento considerável da inflação na área da saúde.
- 6) A demanda de liminares, bem como a judicialização.
- 7) Novas tecnologias em materiais e medicamentos.

C) REORGANIZAÇÕES SOCIETÁRIAS E/OU ALTERAÇÕES DE CONTROLE DIRETO OU INDIRETO

Em relação ao quadro societário, no ano de 2018 houveram 06 (Seis) admissões e 03 (Três) desligamentos de cooperados.

D) PERSPECTIVAS E PLANOS DA ADMINISTRAÇÃO PARA O(S) EXERCÍCIO(S) SEGUINTE(S)

- 1) Dar continuidade no cumprimento de seu objeto social, buscando o fortalecimento do cooperativismo médico;
- 2) Manutenção e aprimoramento do treinamento, educação e integração continuada para os colaboradores e gestores da cooperativa;
- 3) Manutenção e aprimoramento do Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC) e Ouvidoria.
- 4) Reforma e Ampliação do Prédio da Matriz;
- 5) Manter investimento na área tecnológica com objetivo de torná-la adequada às nossas necessidades atuais e futuras, com ênfase na segurança, agilidade e integridade dos dados;
- 6) Maiores investimentos em Medicina Preventiva e seus programas.
- 7) Ações específicas de Saúde Corporativa nas empresas.



8) Fortalecimento da área de mercado com a reestruturação da equipe de vendas.

**E) DESCRIÇÃO DOS PRINCIPAIS INVESTIMENTOS REALIZADOS,
OBJETIVO, MONTANTES E ORIGENS DOS RECURSOS ALOCADOS,**

1) Em virtude da necessidade das garantias financeiras e margem de solvência não realizamos ao longo do ano de 2018 grandes investimentos, porém, conseguimos fortalecer os serviços de Medicina Preventiva e Atenção a Saúde com alguns investimentos em materiais e pessoas, dos seguintes programas:

PGC - Programa de Gerenciamento de Casos.

PGFR - Programa de Gerenciamento de Fatores e Condições e Risco.

PGDC - Programa de Gerenciamento de Doenças Crônicas.

PGSC - Programa de Gerenciamento de Saúde Corporativa.

**F) DECLARAÇÃO SOBRE A CAPACIDADE FINANCEIRA E A INTENÇÃO DE
MANTER, ATÉ O VENCIMENTO, OS TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
CLASSIFICADOS NA CATEGORIA MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO**

Os ativos garantidores vinculados e não vinculados exigidos pela Agência Nacional de Saúde Suplementar aplicáveis as Provisões Técnicas, estão demonstrados abaixo, estando suficientes em relação a proporção exigida pela ANS:

Provisões Técnicas	31/12/2018
Provisão Eventos a Liquidar – Prestadores	3.801.549,29
Provisão Eventos a Liquidar – Ressarcimento SUS	334.197,89
PEONA	8.800.070,25
Total das Provisões Técnicas	12.935.817,43
Ajuste Índice Adimplência % Histórico do SUS – 100%	(252.683,52)
Necessidade de Ativo Garantidor	12.683.133,91
Ativo Garantidor Vinculado	14.788.045,57
Total dos Ativos Garantidores	14.788.045,57
Diferença Excedente	2.104.911,66

Paranaguá, 15 de fevereiro de 2019.


Dr. Mario Percegon

Diretor Presidente

UNIMED DE PARANAGUÁ
Cooperativa de Trabalho Médico Ltda.
CNPJ – 75.003.525/0001-80 – Registro ANS 361615

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis dos exercícios findos em
31 de dezembro de 2018 e 2017.**

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Unimed de Paranaguá é uma sociedade de pessoas, de natureza civil, tendo como objetivo social a congregação dos seus sócios para o exercício de suas atividades econômicas, sem o objetivo de lucro. A entidade é regida pela Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que regulamenta o sistema cooperativista no País. A sociedade conta com 113 médicos associados, serviço de Medicina Preventiva, serviço de Saúde Ocupacional, Remoção, Atendimento Domiciliar, 61 serviços credenciados (Hospitais, Clínicas e Laboratórios), 01 Clínica própria de Medicina Preventiva e Atenção à Saúde, 01 clínica própria de Pronto Atendimento no município de Pontal do Paraná, além de participar da rede de atendimento do Sistema Unimed Nacional. Sua área de ação abrange os municípios de Antonina, Morretes, Guaraqueçaba, Matinhos, Pontal do Paraná, Guaratuba e Paranaguá, onde está localizada sua sede administrativa.

2) PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

A cooperativa atua na comercialização de planos de saúde, firmando, em nome dos associados, contratos de prestação de serviços com pessoas físicas e jurídicas, nas modalidades de Valor Determinado – Preço Pré-Estabelecido e por Serviços Realmente Prestados – Preço Pós-Estabelecido, a serem atendidos pelos médicos associados e rede credenciada. Possui registro de seus produtos na ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar, sob o número 36.161-5.

3) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de conformidade com a legislação comercial e fiscal em vigor, com observância da Lei das Sociedades Cooperativas e das Normas Brasileiras de Contabilidade, e obedecem ainda aos padrões da Agência Nacional de Saúde, conforme plano de contas estabelecido pela RN 290 de 27 fevereiro de 2012, alterada pela RN 314/2012, RN 390/2015, RN 418/2016 e RN 430/2017, como também parcialmente os aspectos relacionados à lei 11.638/2007 e 11.941/2009. A cooperativa também atendeu os quesitos da ITG 2.004, na formatação das demonstrações contábeis.

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 estão sendo apresentadas em conjunto com as correspondentes de 2017, de forma a permitir a comparabilidade.

A exigência da Demonstração dos Fluxos de Caixa foi atendida, mediante sua montagem pelo método direto, conforme RN 290 de 27 de fevereiro de 2012 e alterações posteriores, com a reconciliação do Lucro Líquido com o Caixa Líquido obtido das atividades operacionais, de acordo com o pronunciamento técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis número 03.

A data da autorização para conclusão e elaboração das demonstrações contábeis foi em 15/02/2019 e foi dada pela Diretoria Executiva da cooperativa.

4) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Regime de Escrituração

SAC: 0800.414554 / SAC - Deficientes Auditivos 0800 642 2009

A cooperativa adota o regime de competência para registro de suas operações. A aplicação desse regime implica no reconhecimento das receitas, custos e despesas quando ganhas ou incorridas, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.

b) Estimativas Contábeis

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas sobre créditos, provisões técnicas, estimativas do valor justo de determinados ativos e passivos, provisões para passivos contingentes, estimativas da vida útil de determinados ativos e outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas, devido a estas estimativas envolverem probabilidade de ocorrência futura, sendo as mesmas revisadas anualmente.

c) Aplicações Financeiras

Estão demonstradas ao custo de aplicação acrescida dos rendimentos (líquidos de IRRF) auferidos até 31 de dezembro de 2018, seguindo a apropriação pró-rata das taxas contratadas. As aplicações financeiras não foram consideradas para fins de Demonstração de Fluxo de Caixa como Equivalentes a Caixa.

As aplicações garantidoras referem-se a valores aplicados para garantia de provisões técnicas.

d) Créditos de operações com planos de assistência à saúde

São registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos, pois não possuem caráter de financiamento, sendo a contrapartida em: (i) conta de resultado de contraprestações efetivas de operações de assistência à saúde para os Planos Médico-Hospitalares e (ii) conta de resultado "receitas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da Operadora" no que se refere aos serviços médicos e hospitalares prestados a particulares e as outras Operadoras de Planos Médico-Hospitalares ou Autogestões, com exceção da operação de intercâmbio eventual, que referem-se a operações de atendimento de beneficiários de outras cooperativas do sistema Unimed, da qual a partir do exercício de 2012 deixou-se de contabilizar estas operações como prestações de serviços e passou-se a registrá-las contabilmente como operações de reembolso, exceto quanto a taxa de administração e diferenças de tabela que permanecem em contas de resultado, em virtude da RN 314/2012, RN 390/2015, RN 418/2016 e RN 430/2017 da ANS.

A Cooperativa constitui a provisão para créditos de liquidação duvidosa de acordo com o item 10.2.3 do Capítulo I do ANEXO da RN 290, alterada pela RN 314/2012, RN 390/2015, RN 418/2016 e RN 430/2017 da Agência Nacional de Saúde, considerando de difícil realização os créditos;

- a). Nos planos individuais com preço pré-estabelecido, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 60 (sessenta) dias, a totalidade do crédito desse contrato foi provisionada;
- b). Para todos os demais planos, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 (noventa) dias, a totalidade do crédito desse contrato foi provisionada;
- c). Para os créditos de operações não relacionadas com planos de saúde de assistência à saúde da própria operadora, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 (noventa) dias, a totalidade do crédito foi provisionada;

e) Investimentos

SAC: 0800.414554 / SAC - Deficientes Auditivos 0800 642 2009

Os investimentos em outras sociedades foram avaliados pelo custo de aquisição.

f) Ativo Imobilizado

O ativo imobilizado é constituído pelo custo de aquisição corrigido monetariamente até 31/12/1995. A lei 9.249/95 extinguiu a correção monetária do balanço a partir de 01/01/96. As depreciações, no exercício de 2018, foram calculadas pelo método linear que levam em conta as taxas fiscais, até 30/09/2018. Como previsto no pronunciamento CPC 27 e CFC NBC TG 27 (R4) – Resolução 1177/09, a Unimed Paranaguá contratou empresa especializada para revisar o prazo de vida útil-econômica dos seus bens do ativo imobilizado e concluiu que a mudança das taxas de depreciação no presente exercício iniciado seria aplicável somente nos bens incluídos nas contas contábeis de Edificações a qual foi alterada de 5%a.a para 2% a.a. a partir de 01/10/2018, permanecendo para os outros grupos de bens os valores e taxas de depreciação utilizadas.

g) Ativo Intangível

No ativo intangível estão classificados os gastos utilizados para implantação de sistemas corporativos e aplicativos e licenças de uso dos mesmos.

Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pela Cooperativa e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos.

Os gastos com o desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos foram amortizados, no exercício de 2018, usando-se o método linear pelas taxas fiscais.

h) Avaliação do valor recuperável dos ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos que possam indicar perda de seu valor recuperável, sendo constituída provisão para perda com o ajuste, quando necessário, do valor contábil líquido ao valor recuperável.

i) Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

As provisões técnicas foram calculadas de acordo com as determinações da Resolução Normativa nº 209/2009 e suas alterações, da ANS, com exceção da provisão de eventos a liquidar que é calculada com base nas faturas de prestadores de serviços de assistência à saúde efetivamente recebidas pelas operadoras e na identificação da ocorrência da despesa médica pela comunicação do prestador de serviço, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas conforme estabelecido pela RN ANS nº 209/09 e RN 290/2012 e suas alterações.

j) Provisão de Férias e encargos sociais

São calculadas com base nos períodos aquisitivos em aberto de cada colaborador, efetuando-se a provisão do valor devido até a data do encerramento do exercício, sendo reconhecidos, também os encargos sociais incidentes sobre a mesma, em 31/12/2018 a provisão de férias representava R\$ 375.875,01 e os encargos de INSS e FGTS R\$ 131.752,97.




SAC: 0800.414554 / SAC - Deficientes Auditivos 0800 642 2009

Imposto de renda e contribuição social são calculados com base nos critérios estabelecidos pela legislação vigente, levando-se a tributação os valores provenientes de atos não cooperativos, conforme mencionado em nota explicativa específica de Imposto de Renda e Contribuição Social.

k) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Cooperativa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido quando a Cooperativa possui uma obrigação legal ou é constituído como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

l) Ativos e passivos contingentes

Ativos contingentes: são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;

Passivos contingentes: são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, distinguindo-se de passivos originados de obrigações legais. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados nem divulgados;

Depósitos judiciais: os depósitos judiciais são mantidos no ativo sem a dedução das correspondentes provisões para contingências, em razão do plano contábil da ANS não contemplar essa reclassificação.

Obrigações legais: são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Cooperativa questionou a inconstitucionalidade e a legalidade de tributos e obrigações definidas em contrato.

m) Apuração de resultado e reconhecimento de receita

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais a índices ou taxas oficiais incidentes sobre os ativos circulantes e não circulantes e os passivos circulantes e não circulantes. Do resultado são deduzidas/acrescidas as parcelas atribuíveis de imposto de renda e contribuição social.

As Contraprestações Efetivas / Prêmios Ganhos são apropriadas à receita considerando-se o período de cobertura do risco (ou vencimento da fatura quando for o caso, ou então na emissão da fatura), quando se tratarem de contratos com preços pré-estabelecidos. Nos contratos com preços pós-estabelecidos e nas operações de prestação de serviços de assistência à saúde, a apropriação da receita é registrada na data em que se fizerem presentes os fatos geradores da receita, de acordo com as disposições contratuais, ou seja, a data em que ocorrer o efetivo direito ao valor a ser faturado.

n) Reconhecimento dos eventos indenizáveis

SAC: 0800.414554 / SAC - Deficientes Auditivos 0800 642 2009

Os eventos indenizáveis são constituídos com base no valor das faturas apresentadas pela rede credenciada e cooperados e na identificação da ocorrência da despesa médica pela comunicação do prestador de serviço, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas. Como parte dessas faturas não são apresentadas dentro do período da sua competência, ou seja, há eventos realizados nestes prestadores e cooperados que não são cobrados/avisados na totalidade a Operadora ao final de cada mês, os eventos ocorridos e não avisados são registrados mediante constituição de PEONA – Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados.

o) Precificação utilizada pela operadora para o critério de rateio da rede assistencial própria

Os critérios de rateio utilizados na rede assistencial própria, as quais operam como filiais do CNPJ da Operadora foi o seguinte: Não foi registrada qualquer despesa das unidades de recursos próprios como despesa administrativa, ainda que seja relacionada à água, energia elétrica ou qualquer outro gasto com funcionamento. As despesas relacionadas aos meios próprios são registradas primeiramente no grupo 7 do plano de contas padrão da ANS e posteriormente reconhecidas como "Eventos Conhecidos ou Avisados de Assistência à Saúde" quando beneficiários da operadora e "Outras Despesas Operacionais de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora" quando não referem-se a beneficiários da operadora, sendo que o critério de precificação para rateio dos custos tem como base uma tabela normalmente praticada com a rede assistencial. A Operadora mantém controle gerencial dos atendimentos aos seus beneficiários onde consta o nome e código do mesmo junto a operadora, o procedimento efetuado, o prestador que executou o serviço, a data e a precificação, de acordo com o preço praticado com a rede assistencial.

p) Adoção da RN 430/2017

Conforme requerido pela RN 430, de 7 de dezembro de 2017, a Unimed Paranaguá adotou a nova forma de contabilização das operações de compartilhamento da gestão de riscos envolvendo operadoras de planos de assistência à saúde. Os valores referente ao exercício de 2018 foram integralmente registrados no mês de dezembro/2018 e foram contabilizados conforme relatórios extraídos das movimentações dos arquivos entre as Unimeds (arquivo PTU), relativos às transações de intercâmbio. Estes relatórios possibilitaram a identificação da ocorrência de operações típicas de compartilhamento de risco na forma de intercâmbio habitual em pós-pagamento entre as Unimeds Origem e Executora, conforme regras previstas no Manual de Intercâmbio Nacional, aprovadas pelo Fórum Unimed. As contabilizações ocorreram como a seguir:

✓ Unimed Paranaguá como Prestadora

Conforme requerido pela RN 430/2017, quando ocorre o atendimento pela Unimed Paranaguá, de beneficiários de outra Operadora, os custos realizados pelo recurso próprio ou pela rede credenciada são registrados como "Eventos Indenizáveis" – Grupo 41112 do Plano de Contas da ANS. Também, conforme RN 430/2017, as faturas emitidas são contabilizadas como "Contraprestações Emitidas de Assistência à Saúde" – Conta Contábil 311112 do Plano de Contas da ANS.

Os custos em corresponsabilidade assumida realizados pelo recurso próprio ou pela rede credenciada são registrados como "Eventos Conhecidos ou Avisados" e representaram R\$ 20.612.889,84 no período de 2018. Também, conforme RN 430, as faturas emitidas em corresponsabilidade assumida são

SAC: 0800.414554 / SAC - Deficientes Auditivos 0800 642 2009

contabilizadas como "Contraprestações Líquidas" e representaram R\$ 21.174.576,98 no período de 2018.

✓ Unimed Paranaguá como Origem

Os custos dos procedimentos realizados por beneficiários da Unimed Paranaguá em outras Operadoras, de forma habitual, conforme requerido pela RN 430/2017, passaram a ser contabilizados na conta redutora da receita, "Contraprestações Emitidas de Assistência à Saúde" – Conta Contábil 3117 do Plano de Contas da ANS, e representaram R\$ 40.924.133,56 no período de 2018.

Os saldos contábeis referentes a 31.12.2017 estão sendo apresentados sem os efeitos da RN 430/2017 por se tratar de norma nova concebida para aplicação prospectiva, ou seja, para ser aplicada a partir do exercício social de 2018 e, portanto, os saldos comparativos de 2017 não precisam ser reapresentados.

q) Informações por Segmento

Em função da concentração de suas atividades na atividade de planos de saúde, a cooperativa está organizada em uma única unidade de negócio, sendo que as operações não são controladas e gerenciadas pela administração como segmentos independentes, sendo os resultados da cooperativa acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

r) Normas Internacionais de Contabilidade

A cooperativa vem adotando as Normas Internacionais de Contabilidade aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, com exceção da NBC TG 11 de Seguros e da ITG 10 do Imobilizado do qual não foram aprovadas pela Agência Nacional de Saúde, portanto não adotadas pelas operadoras de planos de saúde.

As demais Normas Internacionais de Contabilidade aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis são aplicáveis as demonstrações contábeis da cooperativa no que não contrariarem a Resolução Normativa nº 290/2012 alterada pela RN 314/2012, RN 390/2015, RN 418/2016 e RN 430/2017 da ANS, no qual em alguns casos não aplica integralmente as situações destacadas nestes pronunciamentos, adotando regras específicas a serem aplicadas ao setor de saúde.

5) DISPONÍVEL

Compõe a conta de Caixa e Depósitos Bancários os valores de R\$ 306.466,61 (em 2017 – R\$ 182.416,77). Os valores utilizados da conta garantida (saldo devedor) Uniprime Norte do Paraná foram classificados no Passivo Circulante na rubrica "Empréstimos e Financiamentos a Pagar".

6) APLICAÇÕES FINANCEIRAS

A Unimed dividiu o valor de suas aplicações financeiras entre as principais instituições financeiras do mercado:

APLICAÇÕES FINANCEIRAS	2018	%	2017
BANCO SANTANDER FI SETOR DE SAUDE - ANS RF (*)	8.962.685,63	43,53%	8.333.289,82
GREENCRED	196.836,89	0,96%	186.138,57
UNIPRIME	4.615.997,71	22,42%	42.454,06

SAC: 0800.414554 / SAC - Deficientes Auditivos 0800 642 2009

ITAU PREMIUM	368.089,89	1,79%	348.755,85
BANCO SANTANDER FUNDO PEL 1 (*)	324.566,20	1,58%	308.037,54
BANCO SANTANDER FUNDO PEL 2 (*)	5.500.793,74	26,71%	4.452.209,09
SANTANDER FUNDO INSTITUCIONAL	623.008,18	3,03%	0,00
Total Aplicações	20.591.978,24	100%	13.670.884,93

(*) – Aplicações financeiras garantidora de provisões técnicas, cuja movimentação segue regras definidas pela ANS;

7) CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM ASSISTÊNCIA A SAÚDE

A composição dos "Créditos de Operações de Assistência à Saúde" está representada pelas contas demonstradas a seguir:

Créditos de Operações com Assistência à Saúde	2018	2017
Contraprestações pecuniárias a receber (a)	3.120.025,09	2.708.907,43
Contraprestação Corresponsabilidade Assumida (b)	1.632.858,92	0,00
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(662.399,77)	(566.256,62)
Total de Contraprestação Pecuniária	4.090.484,21	2.142.650,81

(a) O saldo da conta "Contraprestação pecuniária a receber" refere-se a valores a receber referente à créditos com planos de saúde da operadora.

(b) O saldo da Conta Corresponsabilidade Assumida refere-se aos valores registrados de compartilhamento de risco de atendimento de usuários do Intercambio Atendimento Habitual, conforme norma ANS RN 430/2017.

A composição das contas "Contraprestações pecuniárias a receber" por idade de vencimento são:

Descrição	Contraprestação pecuniária	
	2018	2017
A vencer:		
Até 30 dias	2.231.367,53	991.595,44
	2.231.367,53	991.595,44
Vencidas:		
Até 30 dias	1.755.546,77	997.184,35
De 31 a 60 dias	189.063,16	174.761,58
De 61 a 90 dias	56.426,24	27.473,24
Acima de 90 dias	520.480,31	517.892,82
	2.521.516,48	1.717.311,99
Total	4.752.884,01	2.708.907,43

8) CRÉDITOS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE NÃO RELACIONADOS COM PLANOS DE SAÚDE DA OPERADORA

A composição dos "Créditos de Oper. Assist. à Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora" está representada pelas contas demonstradas a seguir:

SAC: 0800.414554 / SAC - Deficientes Auditivos 0800 642 2009

Créditos de Oper. Assist. à Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora	2018	2017
Reembolso Intercâmbio a Receber – Atendimento Eventual	284.496,82	2.853.918,73
Contestações em Negociação	0,00	181.105,04
Outros Créditos Operacionais de Prestação de Serviços Médico-Hospitalar	119.759,63	81.054,17
Subtotal	404.256,45	3.116.077,94
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(18.682,58)	(40.205,85)
Total (a)	385.573,87	3.075.872,09

(a) - Os saldos das contas deste grupo referem-se a valores a receber de créditos com Outras Operadoras de Planos de Saúde, referente a prestação de serviços à saúde, na modalidade de Intercâmbio Eventual conforme definido na RN 430/2017.

A composição das contas "Créditos de Oper. Assist. à Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora", por idade de vencimento é:

Descrição	Créditos de Oper. Assist. à Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora	
	2018	2017
A vencer:		
Até 30 dias	385.116,90	3.076.896,34
De 31 a 60 dias		
Vencidas:		
Até 30 dias	456,97	320,63
De 31 a 60 dias		1.222,43
De 61 a 90 dias		3.123,56
De 91 a 120 dias		
Acima de 120 dias	18.682,58	34.514,98
Total	404.256,45	3.116.077,94

9) CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS	2018	2017
Créditos Tributários e Previdenciários	499.209,47	1.024.847,80
Total	499.209,47	1.024.847,80

O saldo desta conta representa o direito de recuperação de impostos federais, como PIS, COFINS, IRRF retidos sobre emissão de faturas dos clientes, IRRF sobre rendimentos de aplicações financeiras, IRPJ e CSLL referente pagamento a maior e outros. Estes créditos estão sendo objeto de trabalho específico de recuperação e seus efeitos serão observados durante o próximo exercício.

10) BENS E TÍTULOS A RECEBER

SAC: 0800.414554 / SAC - Deficientes Auditivos 0800 642 2009

BENS E TÍTULOS A RECEBER	2018	2017
Estoque	94.504,17	79.027,62
Adiantamentos Funcionários	42.423,46	44.461,82
Adiantamentos Diversos	22.771,08	19.759,90
Outros Créditos a Receber	3.564,76	2.184.167,35
Total	163.263,47	2.327.416,69

11) ATIVO NÃO CIRCULANTE - REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

a) Depósitos Judiciais e Fiscais

DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS	2018	2017
Depósito Judicial Trabalhista	8.959,63	8.959,63
Total	8.959,63	8.959,63

12) INVESTIMENTOS

A Cooperativa possui as seguintes participações societárias:

Participações	2018	2017
AFAC Hospasa	3.900.000,00	3.900.000,00
Ações Hospasa	348.602,75	348.602,75
(-) Provisão para Desvalorização	(348.602,75)	(348.602,75)
Total Partic. Societárias Aval. pelo Método da Equiv. Patrimonial	3.900.000,00	3.900.000,00
Unimed Participações	312.072,74	271.023,38
Central Nacional Unimed	365.536,76	331.703,05
Unimed Federação do Paraná	1.451.878,92	890.223,23
Greencred	124.213,00	123.051,00
Uniprime	175.309,77	162.565,62
Cia Cotelpa	1.514,61	1.514,61
Incentivos Fiscais – FINOR	18,92	18,92
Unimed Participações – AFAC	1.829,98	1.829,10
Sociedade compartilhada FDPR	2.697,00	0,00
Total Outros Investimentos	2.435.071,70	1.781.928,91

A Cooperativa possui 39,06% das ações do Hospital Paranaguá S/A, na qual é controladora, sendo que reconheceu os efeitos da Equivalência Patrimonial da investida nas suas demonstrações contábeis, até zerar o valor do investimento registrado, isso ocorreu no exercício social de 2.004, desde então os efeitos resultantes da equivalência patrimonial desse investimento não foram mais registrados no balanço da cooperativa.

Em 07/08/2013 por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária – AGE do Hospital Paranaguá S.A ficou aprovado a criação do AFAC com limite máximo de R\$ 10.000.000,00, cuja composição será realizada mediante requisição do administrador ou a critério dos acionistas interessados, sendo que os respectivos aportes serão admitidos até o dia 31/12/2014 e registrados em AFAC na contabilidade da companhia e, após a definição do valor do aumento do capital social, convocada a competente AGE. Nesta oportunidade foi aprovado pela investida e investidora o aceite da conversão imediata dos valores devidos para a Unimed

SAC: 0800.414554 / SAC - Deficientes Auditivos 0800 642 2009

Paranaguá para AFAC, sendo que a Unimed mencionou que fará novos aportes. O Hospital Paranaguá S.A não realizou a AGE do aumento de capital definitivo até o momento.

As empresas investidas Central Nacional Unimed, Unimed Federação do Paraná, Greencred e Uniprime são entidades cooperativas, sendo que os investimentos realizados nas mesmas estão registrados pelo custo de aquisição. Os investimentos realizados na empresa Cia Cotelpa e os recursos aplicados no FINOR estão registrados pelo custo original devido à materialidade envolvida, já o investimento realizado na empresa Unimed Participações também está registrado pelo custo de aquisição.

13) IMOBILIZADO

a) Quadro resumo

CONTAS CONTÁBEIS	2018				2017
	Taxa	Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Terrenos	-	707.460,46	-	707.460,46	707.460,46
Edifícios Hospitalares	2,0%	1.290.568,38	(103.210,59)	1.187.357,79	1.234.678,59
Edifícios Não Hospitalares	2,0%	2.800.336,48	(506.934,69)	2.293.401,79	2.395.879,11
Instalações Não Hospitalares	10,0%	535.474,02	(156.525,54)	378.948,48	402.138,29
Instalações Hospitalares	10,0%	705.911,87	(146.471,32)	559.440,55	630.031,75
Equipamentos Hospitalares	10,0%	1.528.237,43	(775.984,12)	752.253,31	629.237,39
Equipamentos Não Hospitalares	10,0%	544.009,46	(301.281,18)	242.728,28	291.947,63
Computadores e Periféricos	20,0%	580.769,87	(376.304,00)	204.465,87	128.500,70
Móveis e Utensílios	10,0%	640.552,36	(291.071,38)	349.480,98	327.967,69
Veículos Hospitalares	20,0%	511.928,54	(302.631,67)	209.296,87	79.504,19
Imóveis em Construção	-	557.693,22	-	557.693,22	6.001,72
Veículos Não Hospitalares	20,0%	59.841,45	(16.729,91)	43.111,54	63.610,99
Total do Imobilizado		10.462.783,54	(2.977.144,40)	7.485.639,14	6.896.958,51

As Contas do imobilizado foram avaliados pelo método de custo de aquisição;

Conforme previsto no pronunciamento CPC 27 e CFC NBC TG 27 (R4) – Resolução 1177/09, a Unimed Paranaguá contratou empresa especializada para revisar o prazo de vida útil-econômica dos seus bens do ativo imobilizado e concluiu que a mudança das taxas de depreciação no presente exercício iniciado seria aplicável somente nos bens incluídos nas contas contábeis de Edificações a qual foi alterada de 4%a.a. para 2% a.a. a partir de 01/10/2018, permanecendo para os outros grupos de bens os valores e taxas de depreciação utilizadas.

b) Quadro resumo de movimentações:

Contas Contábeis	2017	2018				
	Valor Contábil Líquido	Aquisições	Baixas Líquidas	Transf.	Depreciação	Valor Contábil Líquido
Terrenos	707.460,46	0,00	0,00	0,00	0,00	707.460,46
Edifícios Hospitalares	1.234.678,59	0,00	0,00	0,00	(47.320,80)	1.187.357,79
Edifícios Não Hospitalares	2.395.879,11	0,00	0,00	0,00	(102.477,32)	2.293.401,79
Instalações Não Hospitalares	402.138,29	0,00	0,00	0,00	(23.189,81)	378.948,48
Instalações Hospitalares	630.031,75	0,00	0,00	0,00	(70.591,20)	559.440,55
Imóveis em Construção	6.001,72	551.691,50	0,00	0,00	0,00	557.693,22
Equip. Hospitalares	629.237,39	176.068,48	0,00	54.213,16	(107.265,72)	752.253,31
Equip. Não Hospitalares	291.947,63	2.080,00	0,00	0,00	(51.299,35)	242.728,28
Computadores/Periféricos	128.500,70	131.386,91	0,00	0,00	(55.421,74)	204.465,87
Móveis e Utensílios	327.967,69	127.944,79	(752,54)	(54.213,16)	(51.465,80)	349.480,98
Veículos Hospitalares	79.504,19	206.506,43	(5.615,61)	7.928,26	(79.026,40)	209.296,87
Veículos N. Hospitalares	63.610,99	0,00	0,00	(7.928,26)	(12.571,19)	43.111,54
Total do Imobilizado	6.896.958,51	1.195.678,11	(6.368,15)	0,00	(600.629,33)	7.485.639,14

c) Recuperabilidade dos ativos

Conforme NBC TG 01 em 2018 a cooperativa efetuou uma análise da possibilidade de desvalorização do ativo imobilizado com uma estimativa dos valores recuperáveis de seu ativo imobilizado, levando-se em consideração a metodologia do fluxo de caixa descontado (teste de impairment). Esta avaliação concluiu que não é necessária a constituição de provisão de perda para desvalorização dos ativos.

14) INTANGÍVEL

a) Quadro resumo

Descrição	2018			2017
	Custo corrigido	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Ponto Comercial – Praia	120.000,00	(120.000,00)	0,00	0,00
Licenças de uso de software	139.731,37	(105.889,70)	33.841,67	41.529,33
Software	84.704,35	(75.031,16)	9.673,19	19.741,37
Total	344.435,72	(300.920,86)	43.514,86	61.270,70

b) Quadro resumo de movimentações:

CONTAS CONTÁBEIS	2017	2018				
	Valor Líquido	Aquisições	Baixas Líquidas	Transf.	Amortização	Valor Líquido
Ponto Comercial Praia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Licenças de uso de software	41.529,33	11.259,18	0,00	0,00	(18.946,84)	33.841,67
Software	19.741,37	0,00	0,00	0,00	(10.068,18)	9.673,19
Total	61.270,70	11.259,18	0,00	0,00	(29.015,02)	43.514,86

c) Recuperabilidade dos ativos

Conforme NBC TG 01 em 2018 a cooperativa efetuou uma análise da possibilidade de desvalorização do ativo intangível com uma estimativa dos valores recuperáveis de seu ativo intangível, levando-se em consideração a metodologia do fluxo de caixa descontado (teste de impairment). Esta avaliação concluiu que não é necessária a constituição de provisão de perda para desvalorização dos ativos.

15) PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE

PROVISÕES TÉCNICAS	2018	2017
Provisões de Prêmios/Contraprestações (i)	297.548,88	298.371,11
Provisão de Prêmio / Contraprestação Não Ganha – PPCNG	297.548,88	298.371,11
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar (ii)	4.135.747,18	4.333.184,21
Ressarcimento ao SUS	334.197,89	398.565,72
Rede Contratada/Credenciada	2.517.331,93	1.381.167,19
Cooperados	809.322,49	614.928,95
Intercâmbio com Op. de Planos de Assistência à Saúde	474.894,87	1.938.522,35
Provisão de Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados (iii)	8.800.070,25	8.076.634,19
PEONA	8.800.070,25	8.076.634,19
Total de Provisões Técnicas de Oper. De Assistência à Saúde	13.233.366,31	12.708.189,51

i) Provisão de Prêmio / Contraprestação Não Ganha

Caracteriza-se pelo registro contábil do valor mensal cobrado pela operadora para cobertura de risco contratual da vigência que se inicia naquele mês, devendo ser baixada a crédito de Receita de Prêmios ou Contraprestação, no último dia do mês de competência, pelo risco já decorrido no mês.

ii) Provisão de Eventos a Liquidar

Provisão para eventos já ocorridos, registrados contabilmente e ainda não pagos. A RN 209/09, RN 393/2015 e alterações vigentes, da ANS determinou a constituição desta provisão a partir de 1 de janeiro de 2010, cujo registro contábil é realizado pelo valor integral informado pelo prestador ou beneficiário no momento da apresentação da cobrança à operadora. Foi publicada a RN 227/10 com alteração pela RN 274/2011, que determinou que as provisões para eventos a liquidar devem ser lastreadas por ativos garantidores que atendam os critérios da RN 392/2015 e alterações vigentes, sendo opcional a vinculação para eventos que

Handwritten signature and initials

SAC: 0800.414554 / SAC - Deficientes Auditivos 0800 642 2009

tenham sido avisados nos últimos 30 dias no caso de Operadora de Grande Porte e 60 dias para Operadora de Médio e Pequeno Porte.

A cooperativa contabilizou no curto prazo o Ressarcimento ao SUS conforme Demonstrativo de Consulta de Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar de Ressarcimento ao SUS emitido pela ANS para a data base 31/12/2018.

A provisão constituída esta lastreada por ativos garantidores relativos a aplicações financeiras garantidoras.

iii) Provisão de Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados (PEONA)

Regulamentada pelo art. 16 da RN 209, RN 393/2015 da ANS e alterações posteriores, representa os eventos ocorridos e não avisados a operadora, cujo valor deve ser baseado em cálculo atuarial de acordo com nota técnica aprovada pela ANS, ou na ausência de nota técnica aprovada pela ANS utilizar 8,5% das contraprestações líquidas com preço preestabelecido dos últimos doze meses ou 10% dos eventos indenizáveis líquidos com preço preestabelecido, dos dois o maior.

Destacamos que a exigibilidade de provisão contábil se iniciou em janeiro de 2.008.

A Entidade efetuou até 31 de dezembro de 2018, cálculo da provisão de eventos ocorridos e não avisados que representa o montante de R\$ 8.800.070,25, apurado por metodologia regulamentada pela RN 209/2009, RN 393/2015 da ANS e alterações posteriores, e apresenta este valor registrado na contabilidade.

A provisão constituída esta lastreada por ativos garantidores relativos a aplicações financeiras garantidoras.

Adicionalmente as operadoras de plano de saúde do grupo estão sujeitas às seguintes exigências estabelecidas pelas resoluções da ANS, RN 209/2009, RN 227/2010, RN 313/2012 e RN 392/2015:

a) Patrimônio Mínimo Ajustado

Calculado a partir da multiplicação de um fator variável "K", obtido no ANEXO I da RN nº 209/2009, pela capital base de R\$ 8.503.232,69, reajustado pelo IPCA em junho de cada ano.

O Capital da Cooperativa excede o valor do patrimônio líquido exigido pela Norma Técnica.

b) Margem de solvência

Regulamentada pelo art. 6º da RN 209/2009 e RN 313/2012 da ANS, corresponde à suficiência do Patrimônio Líquido ajustado por efeitos econômicos, conforme disposto no inciso I do artigo 22 da mesma RN, para cobrir o maior montante entre os seguintes valores:

I – 0,20 (zero vírgula vinte) vezes a soma dos últimos 12 (doze) meses de 100% (cem por cento) das contraprestações líquidas na modalidade de preço preestabelecido e de 50% (cinquenta por cento) das contraprestações líquidas na modalidade de preço pós-estabelecido; ou

II – 0,33 (zero vírgula trinta e três) vezes a média anual dos últimos 36 (trinta e seis) meses da soma de 100% (cem por cento) dos eventos indenizáveis líquidos

Handwritten signature in blue ink.

SAC: 0800.414554 / SAC - Deficientes Auditivos 0800 642 2009

na modalidade de preço preestabelecido e de 50% (cinquenta por cento) dos eventos indenizáveis líquidos na modalidade de preço pós-estabelecido.

Os prazos permitidos para adequação da Margem de Solvência foram redefinidos em 22 de dezembro de 2.012 pela RN nº 313 resumindo-se da seguinte forma os limites mínimos de percentuais e os respectivos prazos:

- Em 31 de dezembro de 2.012 - 35%;
- Entre janeiro de 2.013 á novembro de 2.013, 35% adicionado a proporção cumulativo mensal de 0,25%;
- Em 31 de dezembro de 2.014 - 41%;
- Entre janeiro de 2.015 á novembro de 2.022, 41% adicionado a proporção cumulativa mensal de 0,615%;
- E em dezembro de 2.022 - 100% da Margem de Solvência.

Em 31/12/2018 a margem de solvência total calculada é de R\$ 23.496.088,68 e o montante exigido na proporção de 70,52% é de R\$ 16.569.441,74 sendo que a entidade em 31 de dezembro de 2018 possui um Patrimônio Líquido com os ajustes econômicos permitidos na IN 50/12 da ANS, de R\$ 16.664.910,49 estando insuficiente em relação a proporção exigida pela ANS.

c) Ativos Garantidores.

Os ativos garantidores vinculados e não vinculados exigidos pela Agência Nacional de Saúde Suplementar aplicáveis as Provisões Técnicas, estão demonstrados abaixo:

Provisões Técnicas	31/12/2018
Provisão Eventos a Liquidar – Prestadores	3.801.549,29
Provisão Eventos a Liquidar – Ressarcimento SUS	334.197,89
PEONA	8.800.070,25
Total das Provisões Técnicas	12.935.817,43
Ajuste Índice Adimplência % Histórico do SUS – 100%	(252.683,52)
Necessidade de Ativo Garantidor	12.683.133,91
Ativo Garantidor	14.788.045,57
Total dos Ativos Garantidores	14.788.045,57
Diferença Excedente	2.104.911,66

16) DÉBITOS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE

Débitos de Operações de Assistência a Saúde	2018	2017
Mensalidade recebida antecipada PF (i)	15.588,45	12.578,43
Mensalidade recebida antecipada PJ (i)	139.148,69	269.123,22
Corresponsabilidade Transferida – Preço Pré-estabelecido (ii)	1.489.398,81	0,00
Total	1.644.135,95	281.701,65

- (i) Registro dos valores recebidos em antecipação à cobertura do risco.
(ii) O saldo da Conta Corresponsabilidade Transferida refere-se aos valores registrados de compartilhamento de risco, conforme norma ANS RN 430/2017

SAC: 0800.414554 / SAC - Deficientes Auditivos 0800 642 2009

17) DÉBITOS C/ OPER. DE ASSIST. À SAÚDE NÃO RELAC. C/ PLANOS DE SAÚDE DA OPERADORA

Débitos c/ Oper. De Assist. A Saúde Não Relac.c/ Planos de Saúde da Oper.	2018	2017
Débitos a Prestadores de Serviços de Assistência a Saúde (i)	196.878,59	1.723.676,27
Total	196.878,59	1.723.676,27

- (i) Valores a pagar para os prestadores de serviços de assistência à saúde (médicos cooperados e rede credenciada) relativo aos atendimentos de beneficiários de outras operadoras, na modalidade de Intercâmbio Eventual conforme definido na RN 430/2017.

18) TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

Segue quadro resumo de saldos:

Tributos e Encargos Sociais a Recolher	2018	2017
Tributos e Contribuições (i)	705.003,44	335.804,35
Retenções de Impostos e Contribuições (ii)	1.000.344,50	1.175.576,36
Total Curto Prazo	1.705.347,94	1.511.380,71

- (i) Valores a pagar relativos à IRPJ e CSLL incidentes sobre o resultado, ISS, COFINS e PIS sobre faturamento, INSS e FGTS sobre folha de funcionários.
- (ii) Valores a pagar relativos à retenção na fonte de IRRF sobre folha de funcionários, IRRF de terceiros (cooperados, prestadores, fornecedores, autônomos), retenção de COFINS/PIS/CSLL – Lei 10.833, ISS e INSS retido de terceiros.

19) PROVISÕES PARA AÇÕES JUDICIAIS

Segue quadro resumo de saldos das Provisões para Ações Judiciais de longo prazo:

PROVISÕES PARA AÇÕES JUDICIAIS	2018	2017
Provisões para contingências tributárias (PIS e COFINS) – (a1)	118.386,09	118.386,09
Provisões para contingências tributárias (IRPJ e CSLL) – (a2)	1.942.735,04	2.029.525,58
Provisões para contingências cíveis – (b)	505.030,43	461.900,00
Provisões para Reclamatórias Trabalhistas – (b)	35.000,00	52.000,00
Provisão para contingência – Hospasa – (c)	0,00	500.000,00
Total	2.601.151,56	3.161.811,67

Abaixo representamos quadro resumo de Movimentações das Provisões para Ações Judiciais de Longo Prazo:

Amber

PROVISÕES PARA AÇÕES JUDICIAIS	2017	Adições		Baixas		2018
		Provisões	Despesa Financ. - Provisões	Por Pgto	Por Reversão	
Provisões para contingências tributárias (PIS e COFINS)	118.386,09					118.386,09
Provisões para contingências tributárias (IRPJ e CSLL)	2.029.525,58		62.063,20		148.853,74	1.942.735,04
Provisões para contingências cíveis	461.900,00	303.591,21		161.388,23	99.072,55	505.030,43
Provisões para Reclamatórias Trabalhistas	52.000,00	50.772,65		67.772,65		35.000,00
Provisão para Contingência HOSPASA	500.000,00				500.000,00	0,00
Total	3.161.811,67	354.363,86	62.063,20	229.160,88	747.926,29	2.601.151,56

a) Provisões de tributos

a1) PIS a COFINS

Em agosto de 2012, a cooperativa sofreu autuações por parte da Delegacia Regional da Receita Federal, processo nº 10980.726.252/2012-71, em relação à insuficiência de recolhimentos de PIS e COFINS, no período de janeiro de 2008 a dezembro de 2009 na importância total de R\$ 2.839.706,29, ambas contestadas administrativamente pela Assessoria Jurídica.

A cooperativa possui provisão contábil para contingências de PIS e COFINS no montante de R\$ 118.386,09.

No exercício de 2012 a entidade alterou a prática contábil relativa à contabilização do Intercâmbio Eventual, conforme divulgado na nota explicativa nº 4 "d" em virtude desta mudança de contabilização a entidade também mudou a metodologia de apuração do PIS e COFINS relativas a estas operações a partir do exercício de 2.012, passando a excluir os valores dos reembolsos da base de cálculo destes tributos, sendo que não foi constituída provisão contábil sobre estes valores relativos ao PIS e COFINS.

a2) IRPJ e CSLL Ato Cooperativo Auxiliar

A administração da cooperativa até o exercício de 2016, respaldada no posicionamento de sua assessoria jurídica entendia que não eram devidos os valores relativos ao Imposto de Renda e Contribuição Social incidentes sobre o resultado positivo de Atos Cooperativos Auxiliares (resultado positivo proporcional à produção de prestadores serviços não associados).

Esse entendimento, por divergir da conceituação utilizada pelo fisco, para calcular os atos cooperativos, gera contingência tributária, para a qual foi constituída provisão contábil relativa ao valor original acrescido dos percentuais de multa e juros cabíveis para os exercícios de 2014 a 2016.

A partir do exercício de 2017, a cooperativa passou a recolher o Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o resultado positivo dos Atos Cooperativos Auxiliares.

Amor

SAC: 0800.414554 / SAC - Deficientes Auditivos 0800 642 2009

a3) ISSQN

A cooperativa considerava até 31/12/2017 como base de cálculo do ISSQN o valor total das receitas com serviços prestados por não cooperados e sobre esta base aplicava à alíquota de 4%, conforme era previsto na lei complementar nº19 de 2003, a qual foi revogada e mencionava que a cooperativa poderia deduzir os custos ocorridos com atos cooperativos puros (cooperados e cooperativas) e os atos auxiliares ou acessórios (terceiros), sendo que a cooperativa estava discutindo administrativamente a alteração da base de cálculo. Em 22/12/2017 a legislação foi alterada pela Lei Complementar nº 208/2017, a qual define a nova base de cálculo a partir do exercício de 2018, conforme descrito abaixo no art.19:

Art. 19 Não se incluem na base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza: "§5º Nos serviços de planos de saúde de que tratam os subitens 4.22 e 4.23 do artigo 1º desta Lei, a base de cálculo será a diferença entre os valores cobrados dos usuários e os valores pagos, em decorrência dos atos cooperados".

A partir da competência 04/2018 a OPS passou a recolher o ISSQN considerando como base de cálculo o valor informado no relatório da Prefeitura relativo às notas fiscais emitidas, deduzido os valores das notas emitidas para outras Unimed's e os valores dos Eventos Indenizáveis Líquidos informados no balancete contábil.

b) Contingências Cíveis e Trabalhistas

A cooperativa possui ações cíveis e trabalhistas em andamento, cujos valores e prognósticos quanto à possibilidade de perda no desfecho das questões divulgadas a seguir estão suportados em relatórios da assessoria jurídica:

Contingências Cíveis				
Quant. de Ações	Vara	Tipo da Ação	Perda	Valor da Ação R\$
3	Cível	Indenizatória	Provável	118.000,00
13	Cível	Obrigação de Fazer	Provável	261.030,43
2	Cível - Especial	Obrigação de Fazer	Provável	22.000,00
1	Cível - Especial	Obrigação de Fazer – Execução de Multa	Provável	104.000,00
Total de Processos Prováveis				505.030,43
3	Cível-Especial	Obrigação de Fazer	Possível	36.000,00
11	Cível	Obrigação de Fazer	Possível	189.000,00
8	Cível	Indenizatória	Possível	247.000,00
Total de Processos Possíveis				472.000,00
Total dos Processos				977.030,43

Para fazer frente às ações diagnosticadas, pela assessoria Jurídica, com o prognóstico de perda "Provável", a Cooperativa provisionou o montante de R\$ 505.030,43, no Passivo Não Circulante.

[Assinatura]
Gizela

Contingências Trabalhistas			
Quant. de Ações	Vara	Perda	Valor da Ação R\$
1	Trabalhista	Provável	35.000,00
3	Trabalhista	Possível	160.000,00
Total			195.000,00

Para fazer frente às ações diagnosticadas, pela assessoria Jurídica, com probabilidade de perda "Provável", a Cooperativa provisionou o montante de R\$ 35.000,00, no Passivo Não Circulante.

c) Provisão para Contingência HOSPASA

A diretoria executiva aprovou a reversão da provisão por entender que não há riscos devido ao Hospital Paranaguá ser um prestador da Operadora e neste caso seria possível descontar o valor da Produção Médica do mesmo, caso ocorrer algum desembolso.

20) CAPITAL SOCIAL

O Capital Social está dividido entre 113 cooperados, sendo que o valor da quota parte é de R\$ 1,00.

CAPITAL SOCIAL	2018	2017
Capital Social Integralizado	5.478.328,95	5.444.885,25
Capital Social a Integralizar	(109.413,31)	(183.413,31)
Total Capital Social	5.368.915,64	5.261.471,94

21) RESERVAS

As reservas regulamentadas por lei e estatuto da cooperativa podem assim ser identificadas:

RESERVAS	2018	2017
Fundo de Reserva (a)	1.120.352,57	920.585,49
FATES- Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (b)	6.095.786,52	3.797.856,32
Reserva de Equalização (c)	46.429,21	46.429,21
Reserva para Contingências (d)	1.150.365,78	1.150.365,78
Reserva para Margem de Solvência (f)	1.815.971,03	1.815.971,03
Fundo para Despesas Assistenciais de Alto Custo (e)	1.626.256,49	1.626.256,49
Total	11.855.161,60	9.357.464,32

a) FUNDO DE RESERVA

Tem a finalidade de reparar eventuais perdas da cooperativa. É constituído por, no mínimo 10% (dez por cento) das sobras apuradas no Balanço anual.

b) FATES

Tem a finalidade de prestar amparo aos cooperados e seus familiares bem como aos empregados da Sociedade, além de programar atividades de incremento técnico e educacional dos sócios cooperados. É constituído por, no mínimo 5% (cinco por cento) das sobras apuradas no Balanço anual e pelo resultado de operações com não associados.



SAC: 0800.414554 / SAC - Deficientes Auditivos 0800 642 2009

c) RESERVA DE EQUALIZAÇÃO.

Refere-se ao saldo da correção monetária do balanço, que foi calculada até 31/12/1995.

d) RESERVA PARA CONTINGÊNCIAS

Foi constituído na Assembleia Geral Ordinária de 28 de março 2011 para fazer frente a eventuais contingências no que se refere a equivalência patrimonial do Hospital Paranaguá.

e) FUNDO PARA DESPESAS ASSISTENCIAIS DE ALTO CUSTO

Foi constituído nas Assembleias Geral Ordinária de 27 de março de 2012, 27 de março de 2013 e 31 de março de 2015 para fazer frente a reformas em suas edificações.

Na Assembleia Geral Extraordinária em 24 de outubro de 2017, foi dada outra destinação a este fundo, mediante a criação de um fundo próprio para cobrir despesas com sinistros médicos da carteira de beneficiários em substituição a saída da Cooperativa do FAC administrado pela Federação das Unimed's do Paraná.

f) RESERVA PARA MARGEM DE SOLVÊNCIA

Foi constituído na Assembleia Geral Ordinária de 28 de março de 2017, com a finalidade de suprir a margem de solvência exigida pela ANS.

22) PROVISÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) – Resumo da apuração do Imposto de Renda e Contribuição Social

PROVISÕES	2018	2017
(=) Lucro antes do IRPJ e CSLL	5.425.744,79	1.198.396,92
(+) Adições	1.027.749,17	333.792,66
(+) Adição relativa ao ato cooperativo principal negativo (i)	0,00	735.239,22
(-) Exclusão relativa ao ato cooperativo principal (i)	(1.997.670,76)	0,00
(-) Exclusão relativa ao ato cooperativo auxiliar (i)	0,00	0,00
(-) Outras Exclusões	(692.848,22)	(109.692,17)
Base de Cálculo antes do prejuízo fiscal	3.762.974,98	2.157.736,63
(-) Compensação dos prejuízos fiscais		
Base de Cálculo depois da Compens. do Prejuízo Fiscal	3.762.974,98	2.157.736,63
IRPJ – 15% +(10% o que for superior a R\$ 240.000,00)	916.743,75	515.434,16
CSLL – 9%	338.667,75	194.196,30
Reversão do IRPJ Ano Calendário 2012	0,00	(19.442,61)
Reversão da CSLL Ano Calendário 2012	0,00	(6.999,34)
Reversão do IRPJ Ano Calendário 2013	(46.411,09)	0,00
Reversão da CSLL Ano Calendário 2013	(16.707,99)	0,00
Complemento CSLL 2017	37.734,95	0,00
IRPJ – Líquido	870.332,66	495.991,55
CSLL – Líquido	359.694,71	187.196,96

SAC: 0800.414554 / SAC - Deficientes Auditivos 0800 642 2009

(i) – Os critérios para apuração de atos cooperativos e não cooperativos estão elencados no item (b) desta Nota Explicativa.

A Cooperativa no exercício de 2018 para fins de apuração de IRPJ e CSLL considerou os atos cooperativos auxiliares como atos não cooperativos.

A Cooperativa não possui Ativo Fiscal Diferido em 31 de dezembro de 2018.

(b) Apuração de Atos Cooperativos e Não Cooperativos

b1) ATOS COOPERATIVOS E NÃO COOPERATIVOS

Os Atos Cooperativos Principais referem-se às operações exclusivamente com os associados do Sistema Unimed. Os Atos Cooperativos Auxiliares referem-se às operações com meios credenciados, para execução de serviços auxiliares ao trabalho médico cooperado.

A apuração do resultado dos atos cooperativos e não cooperativos, visa atender o artigo nº 87 da Lei nº 5.764/71 e legislação tributária, onde os resultados dos atos não cooperativos serão levados para a conta do FATES, permitindo ainda a apuração da Contribuição Social e Imposto de Renda.

b2) CRITÉRIOS DE PROPORCIONALIDADE E SEGREGAÇÃO DOS ATOS COOPERATIVOS E NÃO COOPERATIVOS

Para segregação das Contraprestações Emitidas de Assistência Médico-Hospitalar, em atos Cooperativos (Principais e Auxiliares) e Atos Não Cooperativos, primeiramente calculou-se a proporcionalidade dos Atos Cooperativos (Principais e Auxiliares) e Atos Não Cooperativos sobre os Eventos Indenizáveis Líquidos, sendo o resultado desta equação aplicado às receitas (Contraprestações Emitidas de Assistência Médico-Hospitalar).

Sobre as Despesas e Custos Indiretos: primeiramente calculou-se a proporcionalidade dos Atos Cooperativos (Principais e Auxiliares) e Atos Não Cooperativos sobre a Totalidade das Receitas da Cooperativa, sendo o resultado desta equação aplicado às Despesas e Custos Indiretos.

Algumas receitas e despesas foram apuradas adotando-se critérios diferenciados, quando identificável, a alocação dos Atos foi efetuada de forma direta.

As Receitas de Aplicação Financeira foram diretamente alocadas como ato não cooperativo.

23) FORMAÇÃO E DESTINAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS

DESCRIÇÃO	2018	2017
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	4.195.717,42	515.208,41
- Resultado dos Atos Cooperativos Principais – ACP	1.997.670,76	(735.239,22)
- Resultado dos Atos Cooperativos Auxiliares – ACA	1.697.874,67	648.745,99
- Resultado dos Atos Não Cooperativos – ANC	500.171,99	601.701,64
DESTINAÇÕES ESTATUTÁRIAS E LEGAIS:		
(-) Reserva Legal (10%)	(199.767,09)	0,00
(-) FATES (5%)	(99.883,54)	0,00
(-) FATES (Resultado do ACA)	(1.697.874,67)	(648.745,99)

SAC: 0800.414554 / SAC - Deficientes Auditivos 0800 642 2009

(-) FATES (Resultado do ANC)	(500.171,99)	(601.701,64)
SOBRAS à DISPOSIÇÃO DA AGO	1.698.020,14	(735.239,22)

24) DESPESAS ADMINISTRATIVAS

DESCRIÇÃO	2018	2017
Despesas com pessoal próprio (i)	6.784.186,10	6.211.223,25
Despesas com serviços de terceiros (ii)	1.870.165,92	1.898.826,31
Despesas com localização e funcionamento (iii)	1.338.302,66	1.418.986,98
Despesas com publicidade e propaganda	515.534,20	636.759,54
Despesas com tributos	346.821,46	376.183,75
Despesas administrativas diversas (iv)	332.362,78	(109.427,86)
Total	11.187.373,12	10.432.551,97

- (i) Honorários dos conselhos administração, fiscal, ética, diretoria executiva, salários e benefícios para colaboradores e encargos sociais sobre folhas de pagamentos;
- (ii) Serviços advocatícios, auditorias, consultoria, entre outros;
- (iii) Utilização e manutenção das instalações da UNIMED, tais como: energia, água, segurança, alugueis, limpeza, manutenção, telefone e demais despesas de expediente; e
- (iv) São outras despesas administrativas não classificadas nos grupos anteriores, despesas com anúncios e publicações legais, donativos e contribuições às associações de classes, indenizações legais e judiciais, eventos, entre outros.

25) RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

DESCRIÇÃO	2018	2017
Receitas Financeiras	1.777.240,86	2.151.186,82
Receitas com aplicações financeiras	1.025.560,37	1.195.954,71
Receitas por recebimento em atrasos	579.661,13	647.215,62
Receitas com crédito tributário	127.465,41	203.743,15
Receitas juros sobre capital	44.553,95	104.273,34
Despesas Financeiras	395.946,67	435.242,26
Descontos concedidos	359.152,98	336.482,97
Despesa com empréstimos e financiamentos	0,00	21.751,57
Despesas Financeiras de Encargos sobre Tributos	(6.615,64)	68.603,12
Despesas por pagamento em atraso	31.674,02	8.359,04
Despesas com impostos e contribuições sobre transações financeiras	11.617,39	0,00
Despesas financeiras diversas	117,92	45,56
Resultado Financeiro Líquido	1.381.294,19	1.715.944,56

26) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Avaliação de Instrumentos Financeiros

A administração procedeu a análise dos instrumentos financeiros que compõem o ativo e o passivo e concluiu que o valor justo das Disponibilidades, Créditos Operações com Planos de Assistência à Saúde e Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora e os Passivos Circulantes, principalmente Provisão de Eventos a Liquidar, Débitos de Operações de Assistência a Saúde aproximam-se do saldo contábil, cujos critérios de

Amor

SAC: 0800.414554 / SAC - Deficientes Auditivos 0800 642 2009

contabilização e valores estão demonstrados nas demonstrações contábeis, em razão de o vencimento de parte significativa desses saldos ocorrer em data próxima à do balanço.

Em 31 de dezembro de 2018, a cooperativa não possui nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo.

b) Fatores de risco

A Cooperativa apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

b1) Risco de crédito

Advém da possibilidade de a Cooperativa não receber os valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos em instituições financeiras geradas por operações de investimento financeiro.

Para atenuar esse risco, a Cooperativa adota como prática de acompanhamento permanente do saldo devedor de suas contrapartes e análise periódica dos índices de inadimplência. Com relação às aplicações financeiras, a Cooperativa dá preferência a realizar aplicações em instituições renomadas e com baixo risco de crédito.

b2) Risco de liquidez

Risco de Liquidez é a possibilidade da não existência de recursos financeiros suficientes para que a Companhia honre seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando os diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Para atenuar esse risco, a Cooperativa adota como prática de acompanhamento permanente o fluxo de caixa avaliando a adequação de prazos de recebimentos e pagamentos de operações relativas a plano de saúde, que normalmente são caracterizadas por prazos de recebimentos e pagamentos consideravelmente pequenos.

b3) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros advém de a possibilidade da Cooperativa estar sujeita a alterações nas taxas de juros que possam trazer impactos os seus ativos captados (aplicados) no mercado.

Para minimizar possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a cooperativa adota a política de aplicações conservadoras em títulos de renda fixa (CDB, Fundos de investimento e RDC), aplicados em diversas instituições financeiras.

b4) Risco operacional

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Cooperativa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Cooperativa.

O objetivo da Cooperativa é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação, e buscar eficácia de custos para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta Administração.

Handwritten signature

SAC: 0800.414554 / SAC - Deficientes Auditivos 0800 642 2009

A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Cooperativa para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- cumprimento de exigências regulatórias e legais;
- documentação de controle e procedimentos;
- exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação e controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- exigências de reportar perdas e as ações corretivas propostas;
- desenvolvimento de planos de contingências;
- treinamento e desenvolvimento profissional;
- padrões éticos e comerciais.

b5) Risco da gestão da carteira de investimentos

A Cooperativa limita sua exposição a riscos de gestão da carteira de investimento ao investir apenas em títulos públicos e títulos de renda fixa privados em diversas instituições financeiras como forma de diluir os riscos. A Administração monitora ativamente as aplicações e os rendimentos e não espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações.

27) EVENTOS SUBSEQUENTES

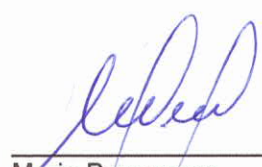
Não ocorreram eventos entre a data de encerramento do exercício social e de elaboração das demonstrações contábeis (15/02/2018), que pudessem afetar as informações divulgadas, bem como a análise econômica e financeira.

28) COBERTURA DE SEGUROS

A Entidade adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes considerados suficientes pela Administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2018, é assim demonstrada:

Itens	Tipo de Cobertura	Valor segurado
Complexo administrativo e hospitalar	Quaisquer danos materiais a edificações, instalações, máquinas e equipamentos.	R\$ 5.700.000,00
Veículos Não Hospitalares	Casco – Reposição Fator de Reajuste 100% do Valor de Mercado Referenciado	100% Tabela Fipe
Veículos Hospitalares	Ambulâncias – Casco	R\$ 150.00,00 (*)
Responsabilidade Cível	Responsabilidade cível – administradores e diretores	3.000.000,00

(*) Para um Veículo Ambulância o valor segurado do casco é 100% da Tabela Fipe.



Mario Percegon
Diretor Presidente
CPF: 170.438.249-15

Gizele Aparecida Antoniele Vicente Kesseli
Técnico Contábil
CRC nº PR-057.612/O-0



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria Executiva e Cooperados da
UNIMED PARANAGUÁ - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO.

Paranaguá - PR

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da **UNIMED PARANAGUÁ - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO** (Cooperativa), as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir, intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **UNIMED PARANAGUÁ - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO**, em 31 de dezembro de 2018, de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Base para opinião com ressalva

A Cooperativa não vem reconhecendo os efeitos da equivalência patrimonial, relativos ao investimento no Hospital Paranaguá S/A, em seu balanço, sendo que não tivemos acesso às demonstrações contábeis dessa empresa investida para analisar se os efeitos dessa equivalência patrimonial serão relevantes.

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 19 “a3)” a Cooperativa possui entendimentos da legislação tributária e cooperativista sujeitos a discussões administrativas e judiciais, sendo que para este risco não foi constituída provisão. Essa insuficiência de provisão, caso a Cooperativa não logre êxito nas demandas administrativas e judiciais, poderá afetar sua situação patrimonial em exercícios futuros.

Ênfase

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 4 “d)”, a partir no exercício de 2012 a Cooperativa alterou a prática contábil relativa a contabilização do Intercâmbio Eventual, que referem-se a operações de atendimento de beneficiários de outras cooperativas do sistema Unimed, deixando de contabilizar estas operações como prestações de serviços e passando a registrá-las contabilmente como operações de reembolso, sendo somente contabilizado no resultado do exercício a taxa de administração. Em virtude desta mudança de contabilização a Cooperativa também mudou a



metodologia de apuração do PIS e da COFINS relativas a estas operações a partir do exercício de 2012, não efetuando provisão contábil sobre estes tributos.

Conforme descrito na nota explicativa nº 19 “a1)”, a Cooperativa foi notificada pela Receita Federal do Brasil – RFB em agosto de 2012 no valor de R\$ 2.839.706,29 referente a insuficiência de recolhimentos de PIS e COFINS, sendo que não foi constituída provisão contábil para a totalidade desta notificação considerando o advento da Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013, que deu interpretação mais específica das deduções permitidas na base de cálculo das Operadoras de Planos de Saúde, onde restou claro que será permitida a dedução dos custos assistenciais de beneficiários da própria operadora e os beneficiários de outra operadora atendidos a título de transferência de responsabilidade assumida, o que fortalece a possibilidade de um desfecho favorável para a Cooperativa na presente notificação, no sentido de a RFB considerar a dedução dos custos assistenciais da base de cálculo, entretanto, tal desfecho terá que ser aguardado, e a perda deste processo, caso não logre êxito nas demandas administrativas e judiciais, poderá afetar sua situação patrimonial e financeira em exercícios futuros.

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 4 “p” a Cooperativa adotou as normatizações previstas pela ANS na RN nº 430/2017 para as Operações de Corresponsabilidade pela Gestão de Riscos decorrentes de atendimentos de beneficiários, sendo observado que os saldos comparativos de 2017 não foram reapresentados, devido a adoção da norma de forma prospectiva, afetando a comparabilidade das informações.

Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esses assuntos.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro; planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos; e obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.



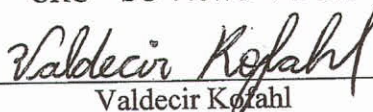
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Blumenau – SC, 15 de fevereiro de 2.019.

Prospecta Auditores Associados S/S

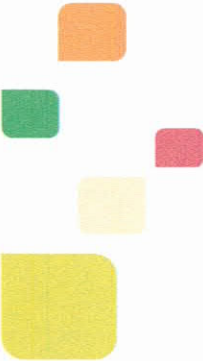
CRC – SC 4487/O-7 S-PR



Valdecir Kofahl

Sócio Responsável Técnico

Contador – CRC-RS 060.387/O-0 S-PR



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal da Unimed de Paranaguá – Cooperativa de Trabalho Médico, tendo se reunido mensalmente durante o exercício findo e acompanhado as contas da Cooperativa criteriosamente, colocam à Assembléia Geral Ordinária seu parecer que recomenda a aprovação sem ressalvas do Balanço Patrimonial e da Demonstração das Sobras do ano de 2018 em conjunto com o parecer dos Auditores Independentes “Prospecta Auditores”.

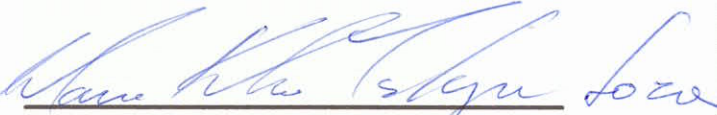
Paranaguá, 26 de março de 2019



Dr. Cleber José de Carvalho do Amarante



Dr. Elicimar Luis Beltran Martins



Dra. Marcia Keiko Tsuchiya Sato



Unimed
Paranaguá